

10 anos da Lei de cotas: o que dizem os artigos sobre o tema?

10 years of the Quota Law: what the articles on the subject say

Aline Mendonça Santana

Doutoranda do Instituto Nutes
Universidade Federal do Rio de Janeiro
alynedsr@gmail.com

Andréa Costa da Silva

Professora Colaboradora do Instituto NUTES
Universidade Federal do Rio de Janeiro
acostadasilva@gmail.com

Resumo

Neste trabalho analisamos algumas produções acadêmicas sobre as cotas raciais no ensino superior brasileiro através de uma revisão da literatura. Entendemos que a política de cotas está inserida no contexto das ações afirmativas discutidas e implementadas no Brasil a partir dos anos 2000. Esse movimento de democratização do ensino superior através da inclusão de grupos minoritários nas universidades brasileiras inicia um movimento de diversidade nas instituições. Nosso foco são as cotas raciais e assim buscamos identificar na literatura artigos que trouxessem informações sobre o rendimento acadêmico entre cotistas e não cotistas, preferência dos cotistas na escolha dos cursos e como as universidades têm recebido estes discentes. Percebemos nos trabalhos analisados que não há diferenças de rendimento entre os discentes, no entanto, ressaltamos a baixa quantidade de trabalhos sobre o tema e a necessidade de políticas de permanência nas universidades. Ressaltamos a importância desse tema para a Educação em Ciências uma vez que as cotas raciais são um importante instrumento de inclusão e democratização do ambiente acadêmico para a ciência brasileira como um todo.

Palavras-chave: raça, cotas raciais, ensino superior, políticas afirmativas.

Abstract

In this work we analyze some academic productions on racial quotas in Brazilian higher education through a literature review. We understand that the quota policy is inserted in the context of affirmative actions discussed and implemented in Brazil from the 2000s onwards. This movement of democratization of higher education through the inclusion of minority groups in Brazilian universities initiates a movement of diversity in the institutions. Our focus is on racial quotas and so we seek to identify articles in the literature that bring information about academic performance between quota students and non-quota students, preference of quota students in choosing courses and how universities have received these students. We noticed in the works analyzed that there are no differences in performance among students,

however, we emphasize the low number of works on the subject and the need for permanence policies in universities. We emphasize the importance of this theme for Science Education, since racial quotas are an important instrument for inclusion and democratization of the academic environment for Brazilian science as a whole.

Key words: race, racial quotas, higher education, affirmative policies.

As cotas raciais e o ensino superior brasileiro

Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento sobre cotas raciais no ensino superior brasileiro que tem como objetivo “identificar e analisar discursos e práticas de alunos cotistas e não cotistas, do curso de Medicina da UFRJ, no que se refere ao ingresso pelas cotas raciais e à saúde da população negra” sendo apresentado aqui um recorte da revisão da literatura realizada para a tese. Em outra parte deste investimento de pesquisa publicado anteriormente em Santana e Silva, (2022) apresentamos as produções acadêmicas que buscaram identificar posicionamentos e opiniões sobre as cotas raciais. Neste recorte, trazemos artigos que buscaram mostrar diferenças de desempenho entre cotistas e não cotistas pós implementação da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) bem como quais opções de cursos os cotistas preferem e como as universidades têm lidado com estes alunos e alunas.

As cotas raciais estão inseridas no contexto da Lei de Cotas ou Lei 12.711/2012 que prevê a reserva de vagas em Universidades Federais para alunos de renda familiar inferior a 1,5 salário-mínimo por pessoa, oriundos de escola pública (cotas sociais), negros e pardos (cotas raciais), indígenas e quilombolas (étnicas). Mas antes dessa lei ser implementada, já se discutiam políticas afirmativas para o ingresso no Ensino Superior. Essas políticas compõem um conjunto de medidas que visam a igualdade substantiva de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres e outros grupos e desde os anos 2000 no Brasil são debatidas. Esse conjunto de medidas tem por finalidade minorar um passado discriminatório sofrido por esses grupos, são assim, políticas compensatórias que asseguram a diversidade e a pluralidade social (PIOVESAN, 2005; JUNIOR e DAFLON, 2014; MUNANGA, 2001).

A primeira universidade no Brasil a propor e aprovar cotas de qualquer tipo foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que adotou o sistema de cotas no ano de 2003. No vestibular daquele ano, 45% das vagas foram reservadas: cotas sociais e raciais, mas todos deveriam comprovar carência financeira. Já a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira Universidade Federal a reservar vagas; em junho de 2003 foi aprovado, nessa Universidade, o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial e entrou em vigor no

vestibular do ano seguinte. Esse plano previu a reserva de 20% das vagas do vestibular a candidatos negros, e de acordo com a demanda específica reservava vagas para indígenas proporcionalmente. Mas, antes que essas medidas, tanto na UnB e UERJ quanto a lei de cotas, fossem realmente implementadas, ocorreram muitos debates e discussões sobre a viabilidade e/ou legitimidade das cotas raciais, que foram duramente criticadas. Entre os argumentos contrários a elas, seria que somente as cotas sociais seriam necessárias, argumentando que tal medida seria racista, pois estaria supondo que os negros fossem menos capazes e que a excelência dos cursos seria perdida, entre outros argumentos contrários à medida. Esses discursos são compatíveis com a ideia de que no Brasil não existe preconceito de raça, apenas preconceito de classe (GOMES, 2005; MUNANGA, 2003). Nos oito anos seguintes esse debate cresceu e tomou proporções nacionais, as cotas foram sendo adotadas em mais universidades e em agosto de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.711/2012, garantindo a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 Universidades Federais (UFs) e 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a alunos oriundos integralmente do ensino médio público. E dessas vagas, uma porcentagem de acordo com a quantidade de negros, pardos e indígenas na localidade da universidade pretendida foram assegurados pela mesma lei (BRASIL, 2012).

Dados do Censo mostram que em 2004, 16,7% de alunos que frequentavam uma faculdade eram não brancos, já em 2014, esse número subiu para 45,5%. Quanto aos alunos oriundos da rede pública de ensino, antes da implantação do sistema de cotas, 1,2% dos estudantes universitários tinham renda familiar de R\$ 192 em média per capita, no Censo de 2014 esse percentual subiu para 7,6% (BRASIL, 2014).

Hoje, uma década após a implantação das políticas afirmativas já podemos perceber algumas mudanças no público universitário, segundo o IBGE, estudantes pretos e pardos passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do País (50,3%), em 2018. Entretanto, ainda são sub representados, visto que pretos e pardos constituem 55,8% da população, o que respalda a existência das medidas que ampliam e democratizam o acesso à rede pública de ensino superior (BRASIL, 2018).

Apesar disso, não sabemos os dados exatos da conclusão de curso dos discentes cotistas, nem das condições de permanência destes no meio acadêmico. Sabemos que por suas especificidades, eles enfrentam percalços diferentes dos discentes não cotistas. Problemas como jornada de trabalho e estudo, distância entre universidade e residência, precariedade de

materiais necessários aos estudos, adaptação ao ambiente acadêmico, entre outros. Somados a isso ainda há o preconceito social e racial sofrido por eles, que podem ser ainda mais evidentes em cursos denominados “de elite”. Assim, buscamos em artigos científicos sobre cotas raciais a fim de perceber as mudanças nesses 10 anos de lei de cotas, e os resultados encontrados serão apresentados adiante. Nos artigos encontrados temos dados de diversos cursos, mas nosso enfoque de pesquisa são os cursos da saúde, no âmbito do campo da Medicina e da Educação em Ciências e Saúde. Esse trabalho é um recorte da revisão bibliográfica de um projeto de doutorado com foco nas cotas raciais no curso de Medicina e na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no Brasil.

Metodologia

Este levantamento visa a revisão da produção bibliográfica de estudos na área da educação relacionados ao tema cotas raciais. Pizzani *et al.* (2012) conceituam a revisão da literatura como uma pesquisa sobre as principais teorias que norteiam um trabalho científico. Assim, buscou-se apresentar neste artigo a produção acadêmica realizada sobre o assunto, ou seja, não é do nosso interesse fazer uma revisão exaustiva da literatura, mas levantar os principais trabalhos realizados no âmbito da produção brasileira sobre cotas raciais no ensino superior do nosso país. Buscamos observar e analisar o tema das cotas raciais e os debates atravessados por elas, evidenciando e discutindo a questão racial brasileira no âmbito da produção acadêmica nacional. Assim, realizamos buscas para compor um panorama dessas duas décadas de discussões e uma década da Lei de Cotas (Lei 12.711/2012).

Todas as buscas foram realizadas na data de 11 de fevereiro de 2021, por artigos datados de 2000 até 2020 nas plataformas de pesquisa online: *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹; No *Scielo* foram feitas duas buscas simples, cada uma com um descritor, a saber, “cotas” e “cotistas”. Em seguida foi realizada uma nova busca, dessa vez selecionando a opção “pesquisa avançada”, pois nela é possível adicionar novos campos de pesquisa. Assim foram colocados dois descritores nos campos de busca, “cotas” e “raciais”.

A fim de refinar as buscas por trabalhos que se identificassem com nosso objeto de pesquisa utilizamos os filtros: “artigo”, “Brasil”, “português”, “Ciências Humanas” e “educacional”. O primeiro filtro foi utilizado, pois na logo de início apareceram outros gêneros

¹ Escolhidas por serem bases de dados de grande penetração na comunidade científica com grande representatividade nas Ciências Humanas.

textuais como resenhas e comunicados de imprensa. Os filtros “Brasil” e “português” foram usados para selecionar apenas pesquisas brasileiras pois nosso foco é o contexto da Universidade brasileira. e os dois últimos, “Humanas” e “educacional”, serviram para direcionar os resultados às pesquisas de educação.

No portal de periódicos da CAPES foi utilizado o descritor “cotas raciais” combinado com “universidade” e adicionados os filtros “periódicos revisados por pares”, “artigos”, “racismo”, a fim de refinar ainda mais a busca, sob os mesmos critérios aplicados nas buscas do *Scielo*. Todos os resultados obtidos nas buscas mais amplas foram apresentados nas tabelas 01 e 02. Os artigos selecionados nas buscas mais refinadas serão analisados e debatidos de forma qualitativa.

Na primeira busca, realizada no site *Scielo* foram encontrados 42 artigos usando o descritor “cotistas”, sendo a maioria listado na área de Ciências Humanas. O descritor “cotas” possui mais artigos: 362, e a maioria é da área de Humanas.

Tabela 01: Resultados dos artigos encontrados no *Scielo* com os descritores “cotistas” e cotas”.

Descritores	Artigos	Ciências Humanas	Ciências da Saúde	Ciências Sociais
Cotistas	42	34	04	04
Cotas	362	173	41	49

Fonte: elaborado pelas autoras.

Esses artigos englobam todos os tipos de cotas - as sociais, as para pessoas com deficiência, entre outras - além das cotas raciais que são o foco neste trabalho. Além de serem cotas aplicadas não somente nas universidades públicas, mas também no ensino básico, empresas, concursos públicos. Dessa forma, foi preciso refinar ainda mais a busca, combinado o descritor “cotas” com o descritor “raciais”. Os resultados dessa segunda busca foram organizados na tabela 02.

Tabela 02: Resultados dos artigos encontrados no *Scielo* com o descritor “cotas” mais outros descritores.

Descritores combinados com “cotas”	Artigos	Ciências Humanas	Ciências da Saúde	Ciências Sociais
Raciais	51	44	00	07

Fonte: elaborado pelas autoras.

Foram encontrados 51 artigos somando os dois descritores, sendo 44 deles da área de Humanas, 07 de Ciências sociais e nenhum das Ciências da Saúde. Após a busca refinada, a

quantidade de artigos foi reduzida. A combinação do descritor “cotas” com “raciais” resultou em 16 artigos, 03 teóricos e 13 empíricos. Entre os artigos empíricos existem pesquisas documentais e pesquisas realizadas consultando alunos, seja por entrevistas, grupo focal ou questionários. As universidades onde essas pesquisas foram realizadas foram o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal de Sergipe (UFS), a UnB e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), dois deles foram realizados em escolas do Rio de Janeiro, mas com foco nas cotas no ensino superior.

No *site* de periódicos da CAPES foram realizadas buscas com os mesmos descritores do *Scielo*, “cotas” somado ao descritor “raciais”. A quantidade de resultado foi muito superior à do *Scielo* como podemos ver na tabela 03. É possível notar também que a quantidade de artigos posteriores a lei de cotas seja superior ao período anterior a ela, mais que o dobro de produção.

Tabela 03: Resultados dos artigos da CAPES com o descritor “cotas” combinado com outros descritores.

Descritores combinados com “cotas”	Artigos	Revisados por pares	Título	2013-2021
Raciais	445	385	38	298

Fonte: elaborado pelas autoras.

Diante dessa quantidade de resultados e da constatação de que muitos desses artigos não estão relacionados diretamente à implementação das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, foco da nossa pesquisa, foi feita uma busca mais refinada. Dessa última busca obtivemos 23 artigos (figura 01), destes foram descartados 09 por critérios de repetição com os do *Scielo* e artigos voltados para a área de direito (análise da legislação).

Dos 14 itens selecionados, 03 são artigos teóricos. Os outros 11 são artigos de pesquisa qualitativa documental e com aplicação de entrevista ou questionários, a maioria aplicada a alunos do ensino superior de diversas universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Somando os artigos das duas plataformas construímos a tabela 04, demonstrando a produção por ano. Apenas os anos 2008, 2010, 2011, 2016 e 2017 não tiveram nenhum artigo. A análise desses trabalhos e as principais ponderações serão apresentadas a seguir.

Tabela 04: Produção dos artigos pesquisados por ano de publicação.

Ano	Quantidade de artigos
2004	01
2005	02
2006	02
2007	01
2008	00
2009	03
2010	00
2011	00
2012	02
2013	02
2014	02
2015	03
2016	00
2017	00
2018	04
2019	04
2020	02
TOTAL	28

Fonte: elaborado pelas autoras.

Como vimos, a soma dos artigos das duas plataformas de busca resultou em 28 artigos, 23 deles empíricos com metodologias variadas, sendo 11 pesquisas documentais e 12 entrevistas ou aplicação de questionários. Na análise, efetuada anteriormente, eles foram divididos em duas categorias de assunto, a categoria “Concepções sobre cotas raciais” foram apresentadas em Santana e Silva (2022) no qual forma reunidos os artigos que tinham por objetivo identificar a opinião dos sujeitos da pesquisa sobre a implantação das cotas nas universidades públicas; e a segunda categoria: “Resultados pós implementação das cotas.”, que será apresentada aqui, contém os trabalhos que tratavam de averiguar os resultados da reserva de vagas nas universidades.

Resultados pós implementação das cotas

Os 3 artigos selecionados para essa categoria nos apresentam alguns resultados da reserva de vagas nas universidades, em foco aqui as cotas raciais. Neles encontramos artigos

que visaram identificar o desempenho acadêmico dos alunos, comparando os oriundos das cotas com os alunos não cotistas; outros buscaram perceber quais escolhas dos cotistas, quais cursos preferidos por eles; e ainda alguns mostram as medidas necessárias e ou adotadas pelas instituições para manter estes alunos na Universidades, como medidas de permanência.

O trabalho de Assunção *et al.* (2018) nos apresenta um importante panorama das cotas na Universidade de Brasília. Eles investigaram se as cotas raciais cumpriram seu papel de ingresso e redistribuição de alunos negros na UnB, a pesquisa focou no período entre 2004, ano da implementação das cotas raciais naquela Universidade até o ano de 2012. Esse trabalho teve como base a dissertação de Cardoso (2008) e segundo os autores foram exploradas informações acerca da demanda, desempenho, rendimento acadêmico e no vestibular e o índice de evasão (ASSUNÇÃO *et al.* 2018).

As autoras organizaram seus resultados em quatro categorias de análise, a saber: procura pela UnB; demanda das cotas; cursos para os quais os cotistas se candidatam; e, cotas nos cursos de alto prestígio². Quanto a demanda, eles viram que no primeiro ano das cotas, mais de quatro mil pessoas se candidataram, mas esse número foi caindo nos anos seguintes. Quanto aos cursos escolhidos pelos cotistas, elas perceberam que os estudantes escolhem os cursos de menor prestígio independente da área de conhecimento. A fim de entender qual parâmetro utilizado pelos autores como grau de prestígio dos cursos trazemos a figura 01 com um quadro apresentado por eles.

Figura 01: Quadro mostrando como Veloso, 2005 agrupou os cursos por prestígio social.

Área	Grupo	Exemplo de Cursos
Humanidades	Alto Prestígio	Comunicação, Direito, Economia
	Médio Prestígio	Administração, Filosofia, Desenho Industrial
	Baixo Prestígio	Pedagogia, Serviço Social, Biblioteconomia
Ciências	Alto Prestígio	Engenharia Elétrica, Mecânica, Mecatrônica
	Médio Prestígio	Agronomia, Engenharia Civil, Física
	Baixo Prestígio	Engenharia Florestal, Geologia, Matemática
Saúde	Alto Prestígio	Medicina
	Médio Prestígio	Nutrição, odontologia, Psicologia
	Baixo Prestígio	Enfermagem, Educação Física

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras com base nos dados de Velloso, 2005.

² Essa forma de classificação foi construída com base na média de desempenho dos aprovados em cada curso. Foram construídas três categorias de grupo: *Alto prestígio*, sendo os cursos que possuem média global superiores a meio desvio padrão acima da média; *médio prestígio*, sendo os que possuem meio desvio padrão acima e meio desvio padrão abaixo da média e *Baixo prestígio*, os que possuem média global inferior a meio desvio padrão abaixo da média (ASSUNÇÃO *et al.* 2018, p. 224).

Fonte: quadro apresentado por Assunção et al., (2018).

Nesse sentido, as autoras relatam que a busca por cursos de menor prestígio pode estar ligado a um possível “[...] desfavorecimento socioeconômico para com os candidatos do sistema universal, fazendo com que os cotistas optem por cursos com nota de corte mais baixa no vestibular, devido a uma baixa expectativa de obtenção de sucesso na prova” (ASSUNÇÃO *et al.* 2018, p. 224). Mas, após 2007 (ano de implementação do ReUni³), a demanda de alunos cotistas aos cursos de alto prestígio da saúde, segundo as autoras, aumentou e se manteve constante, o que as autoras tentam demonstrar seria a importância das cotas para a inclusão de negros em cursos superiores, e nos dizem:

Conclui-se que o programa de cotas raciais na universidade contribuiu para aumentar o acesso de alunos negros à universidade e redistribuí-los entre os cursos, além de mostrar que os candidatos negros buscam cursos de menor prestígio social e, de forma crescente, cursos da área de saúde (ASSUNÇÃO *et al.*, 2018, p. 231).

De forma semelhante, Lemos (2017) encontrou resultados positivos ao analisar as narrativas de 13 estudantes que entraram na Universidade Federal do Pará por meio das cotas raciais e que já teriam concluído ou estavam prestes a concluir a graduação. A partir dos resultados ele percebeu que “[...] em relação à amostra de estudantes entrevistados, o programa da UFPA tem sido eficaz em proporcionar a esses jovens o acesso e a permanência exitosa na academia” (LEMOS, 2017, p.1), mas que eles ainda “[...] enfrentem dificuldades financeiras, de acesso a bens culturais e o preconceito tanto por serem cotistas quanto por serem negros.” (LEMOS, 2017, p. 1).

A autora separa a análise das falas dos entrevistados por área de conhecimento sendo que os sujeitos da pesquisa são: 5 do curso de Direito, 2 do curso de Ciências Sociais, 2 do curso de Engenharia da Computação e 4 do curso de Medicina, sendo eles já formados ou nos últimos semestres. A maioria relatou não ter sofrido discriminação por ser cotista, mas os alunos de Medicina relataram alguns casos:

Na percepção dos entrevistados, os alunos cotistas foram representados pelos alunos não cotistas como “não merecedores” daquela vaga, pois pessoas “mais capacitadas” poderiam estar lá. Observa-se, portanto, como o impacto da

³ ReUni é um Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC. Foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior.

política de cotas difere segundo o curso, tendo em vista, por exemplo, a importância da construção do mérito como ideologia entre os acadêmicos de medicina” (LEMOS, 2017, p. 22).

A autora ainda analisa que “[...] muitos opositores das cotas raciais já argumentaram que o desempenho acadêmico dos alunos cotistas seria pior que o dos não cotistas, e isso diminuiria o nível de excelência da universidade”, mas diante da amostra de seu trabalho ela percebeu que sua pesquisa contradiz essa assertiva pois a maioria de seus sujeitos de pesquisa “relatou que seu desempenho foi parecido com o desempenho dos estudantes não cotistas” e ainda que:

[...] os poucos que sentiram um maior desnível de conhecimento no início do curso ressaltaram o papel das dificuldades de acesso a bens culturais — como livros, material de pesquisa, computador e internet — e a necessidade de conciliar a faculdade com o trabalho, em inviabilizar uma boa performance acadêmica nessa primeira fase (LEMOS, 2017, p. 21)

Além disso a autora relata que todos entrevistados permaneceram na universidade conseguindo atender às expectativas dos cursos e os concludentes o fizeram em tempo normal. E que os alunos que ainda não concluíram estavam regulares nos seus cursos.

A autora ressalta ainda que “[...]a permanência exitosa de muitos deles dependeu não somente de seus próprios esforços, mas da assistência estudantil que receberam da UFPA, por meio do Programa Permanência, assim como da participação em projetos de extensão e de iniciação científica” (LEMOS, 2017, p. 21). Esses programas são essenciais para que os cotistas consigam se manter na universidade. A autora assinala ainda que:

Isso reforça a importância dos programas de pesquisa e de apoio financeiro e de sua ampliação para evitar que os alunos cotistas raciais abandonem a universidade, porque eles normalmente vêm das camadas populares e, sobretudo, são alvo de racismo e de discriminações. (LEMOS, 2017, p. 21).

Já o artigo de Queiroz e Santos (2006) focou na análise do impacto da implantação do sistema de cotas na UFBA, examinando os dados de desempenho dos estudantes nos vestibulares de 2005 e 2006, bem como o desempenho deles durante o curso nos dois primeiros semestres de 2005, fazendo uma comparação entre cotistas e não-cotistas. Eles afirmam, a partir dos dados utilizados, que em onze dos dezoito cursos de maior concorrência, os cotistas obtiveram coeficientes de rendimento iguais ou melhores que os não-cotistas.

Ao contrário da expectativa daqueles que se mostravam resistentes à implantação do referido sistema, temendo uma desqualificação do ensino,

pelo ingresso de estudantes supostamente despreparados na Universidade, o exame do desempenho dos estudantes que ingressaram na UFBA, pelo sistema de cotas, revela resultados bastante animadores, nos cursos das diversas áreas de conhecimento (QUEIROZ e SANTOS, 2006, p. 734).

Queiroz et al. (2015) também analisaram se existem diferenças significativas no desempenho dos alunos ingressantes por meio de programas de cotas, quando comparados aos demais. Eles realizaram análise quantitativa, através de um estudo descritivo dos coeficientes de rendimento dos alunos ingressantes segundo a modalidade de cota e a área de cada curso. Uma amostra de 2.418 alunos da Universidade Federal de Uberlândia ingressantes no primeiro semestre de 2013. Semelhante a Lemos (2007) eles concluíram que não há diferenças estatísticas de rendimento entre cotistas e não-cotistas.

A análise dos resultados permite-nos afirmar que a lei das cotas não influenciou no rendimento dos alunos na instituição estudada, ou seja, percebeu-se que, independentemente da forma de acesso, o critério de seleção dos alunos é capaz de escolher os mais bem preparados e garantir a formação com qualidade dos futuros profissionais (QUEIROZ *et al.*, 2015, p. 315).

A partir destes trabalhos percebemos que, apesar do receio sob a reserva de vagas, a implementação das cotas raciais e ou sociais não diminuíram o nível dos estudantes de ensino superior nas unidades estudadas pelos autores. Chama a atenção o número reduzido de trabalhos encontrados num tema que tem cada vez mais destaque em âmbito nacional.

Considerações

Como citado anteriormente, este trabalho é um recorte de uma revisão da literatura em que o primeiro investimento (SANTANA e SILVA, 2022) apresenta as pesquisas que focaram nas opiniões sobre as cotas raciais. Neste outro trabalho foi percebida uma clara preferência pelas cotas sociais em detrimento às raciais, neles apareceram como argumentos contrários às cotas raciais, entre outros, a meritocracia (ideia de que quem é mais inteligente merece a aprovação). É interessante perceber nesse quesito, que os sujeitos consideram os candidatos às cotas raciais inferiores intelectualmente quando defendem esse argumento. Seguindo esse mesmo pensamento e pautados no nível de excelência das universidades públicas existiu um receio de que o referido patamar fosse diminuído. Esse argumento é incompatível com a preferência pelas cotas sociais, já que são destinadas a alunos de escolas públicas que teoricamente teriam qualidade de ensino pior, assim seriam elas que ameaçam a “excelência” das universidades. Nesse sentido percebeu-se nos artigos que investigaram o desempenho dos

candidatos às cotas raciais que nem a pontuação no vestibular/ENEM, nem o desempenho dos cotistas nas disciplinas dos cursos foi inferior aos não-cotistas.

Esse trabalho permitiu entender o panorama das pesquisas sobre cotas raciais no âmbito do Ensino Superior brasileiro. Foi perceptível que se faz necessária mais pesquisas para ampliar o debate desses temas tão importantes para a área de Educação e destacamos o caráter regional das pesquisas, o que ressalta a importância da revisão, oferecendo um panorama sobre o assunto ao agrupar os estudos realizados em várias universidades, de várias regiões do Brasil. Sendo assim essencial o estudo das cotas raciais para o avanço da democratização do ensino superior bem como do acesso às ciências como um todo. É através das políticas afirmativas, tal qual as cotas raciais que se possibilita o acesso das camadas mais marginalizadas da sociedade à academia e à Ciência. Transformando assim o que entendemos por ciência no Brasil e diversificando cada vez mais o conhecimento.

Agradecimentos e apoios

Capes, PPGECS-NUTES

Referências

- ASSUNÇÃO, A. V. P. de; SANTOS, Catarina de A.; NOGUEIRA, D. X. Pamplona. Política de cotas raciais na UnB: um estudo sobre o acesso de negros na universidade durante o período 2004 a 2012. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.1. Ap.212-233. 2018. Disponível em <
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645867#:~:text=Conclui%2Dse%20que%20o%20programa,cursos%20da%20C3%A1rea%20de%20sa%C3%BAde.>> Acesso em 07 out 2022.
- BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo demográfico 2014. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>> Acesso em 05 out. 2019.
- BRASIL, **Ministério da Educação**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cotas/legislacao.html>> Acesso em 10 out. 2019.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2018. Disponível em <
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html>> Acesso em 28 Nov. 2019.
- CARDOSO, C. B. Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: Caminhos Abertos pela lei 10.639. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

JUNIOR, F. J.; DAFLON, V. T; Políticas da Igualdade Racial no Ensino Superior. In: **Cadernos do desenvolvimento fluminense**. n. 5, Rio de Janeiro. 2014. P. 31-44.

LEMOS, I. B. de. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 22 n. 71 e227161. 2017.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: **Sociedade e Cultura**, v. 4, n.2, p. 31-43. 2001.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, Rio de Janeiro. 2003.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. In: Cadernos de pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55. 2005.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, 2012. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em 07 out. 2022.

QUEIROZ, Z. C. L. S.; MIRANDA, G. J.; TAVARES, M.; FREITAS, S. C. de. A lei de cotas na perspectiva do desempenho acadêmico na Universidade Federal de Uberlândia. In: **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**. Brasília, v. 96, n. 243, p. 299-320. 2015.

QUEIROZ, D. M.; SANTOS, J. T. dos. Sistema de cotas: um debate dos dados à manutenção de privilégios e de poder. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 717-737. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 07 out. 2022.

SANTANA, A. M.; SILVA, A. C. da. Implementação das cotas nas Universidades brasileiras: raça versus classe. In: VII Encontro Nacional de Ensino de Ciências, da Saúde e do Ambiente (VII ENECiências). Rio de Janeiro. 2022.